

A relação capital / trabalho no paradigma da comunicação construtiva

Capital-labour relations in the paradigm of constructive communication.

Bouزيد Izerrougene*

J24 - Human Capital; Skills;

Abstract: Social sciences extensively investigated the changes in the labor markets during the last decades. Nowadays it had become clear that the huge wave of flexibility that occurred in the labor markets increases precariousness on employment. Therefore the above movements provide advantage to capital in its relation with labor. The present article discusses and discerns the structural alterations which can, in the context of the paradigm of constructive communication, empower the labor force to resist capital supremacy.

Key words: living labor, communications net, innovation, subjectivity, exploration.

Resumo: As ciências sociais, nas últimas décadas, se dedicaram a analisar de maneira extensiva as mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Ficou evidente que a grande onda de flexibilização, associada à reestruturação produtiva, aumenta a precariedade do emprego e, conseqüentemente, favorece o capital na sua relação com o fator trabalho. Mais oportuno agora é tentar vislumbrar as mudanças estruturais que possam, no contexto do paradigma da comunicação construtiva, prover o fator trabalho de condições para resistir à dominação do capital.

Palavras-chave: trabalho vivo, redes de comunicação, inovação, subjetividade, exploração.

Introdução

Inúmeros estudos pesquisaram extensivamente as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho depois do longo período de reestruturação produtiva, iniciado no final da década de 1970. Ficou evidente que a grande onda de flexibilização dos contratos de trabalho aumenta a precariedade do emprego e, conseqüentemente, favorece o capital na sua relação com o trabalho. Agora é importante detectar as mudanças estruturais que possam, no contexto do paradigma da construção comunicativa, munir o fator trabalho de condições de se defender frente ao capital.

No paradigma da construção comunicativa, a comunicação não é um simples processo de transmissão de mensagens, mas, sim, um processo constituidor tanto dos sujeitos quanto

* Pós-doutor em economia pela Universidade Paris-Dauphine. Professor associado na pós-graduação de economia da Ufba.

do mundo comum formado e partilhado intersubjetivamente (Quéré, 1991). Essa perspectiva insere a comunicação no terreno da experiência, da ação e intervenção dos homens, em que a linguagem assume uma dimensão expressiva e constitutiva da vida social. Entender essa dimensão simbólica como elemento construtivo da realidade social significa atribuir aos produtos da comunicação uma dimensão instauradora que, inscrita nos processos de criação de valor, ganha uma dimensão própria que participa na reconfiguração dos processos de acumulação capitalista, das formas institucionais de regulação e das relações entre a produção e as forças produtivas.

Para entender as relações de trabalho e as condições de exploração nesse paradigma relacional, deve-se, como ponto de partida, admitir que a criação do valor econômico tende a se concentrar na “produção de conhecimento por meio do conhecimento”, conferindo maior importância ao trabalho intelectual: um trabalho criativo que se forma em redes humanas de cooperação e valorização. Essa força de trabalho viva e complexa corresponde a um quase capital, ao capital fixo *being man himself* de Marx, que o capital não consegue dominar apenas através do controle dos meios materiais de produção.

Na abordagem relacional, a cooperação vinculada nas redes de comunicação é inerente à atividade produtiva e a intersubjetividade que ela envolve tende a não se limitar a um lugar específico, mas alcança a totalidade do espaço social. As redes de comunicação impõem normas de funcionamento que dissolvem as fronteiras espaço-temporais e contestam a figura linear e autoritária do capitalismo industrial, assim como o seu caráter, muitas vezes bipolar. As atividades produtivas de forte conteúdo intelectual se tornam indistinguíveis e o tempo da invenção, enquanto criação contínua do “novo”, se opõe ao tempo da repetição, ao tempo sem memória do capitalismo industrial. Nesse contexto de produção lingüística e cooperativa, a circulação e a produção formam um só conjunto, de um modo que remove as fronteiras entre o uso e a criação. Conseqüentemente, os valores capitalistas tendem a se articular e fundir no conjunto dos processos sociais; trabalho, consumo e propriedade privada tendem a se sobrepor. A destruição das distâncias une figuras de natureza diferente e transforma-as em séries de redes híbridas de participação global, abolindo tanto as divisões binárias do modelo fordiano, quanto à sua ideologia homogeneizante e massificante. A tecnologia intelectual reinventa incessantes relações singulares e diversas em redes multidimensionais, onde o trabalho aparece como o poder de

agir de uma forma que é ao mesmo tempo singular e universal. Nessas novas formas comunitárias de criação de riquezas, o maior fator de produção, que é o trabalho coletivo intelectual, é assegurado pelas ações singulares do trabalho, as quais criam continuamente novas construções coletivas e, simultaneamente, singularizam o que é comum¹.

Todas as transformações observadas no conjunto das regularidades de acumulação (organização da produção, relação capital/trabalho, demanda social, formas institucionais, etc.) geram, de modo confluyente, um deslocamento radical da base social e produtiva do capitalismo. Elas esboçam os contornos de um novo padrão de acumulação, no qual o objeto de exploração não são atividades produtivas específicas, mas a capacidade universal de produzir, isto é, a atividade social abstrata. Nas novas formas de produção em que predomina o fator informacional, a ênfase passa da aquisição do conhecimento e sua objetivação no elemento material, para a sua produção e construção como verdadeira força produtiva, fonte de valorização, vinculada numa rede difusa de dispositivos que regulam diretamente as práticas laborais.

2. Algumas mutações pós-fordistas na organização do trabalho

Com a crise do regime fordista de transformação mecânica fraturou-se o regime do trabalho homogêneo e rompeu-se a centralidade do trabalho dependente. Pode-se antever essa tendência na contração do emprego nas grandes firmas, na ascensão do trabalho profissional “por conta própria” e na criação de pequenas empresas de alta tecnologia. Ela aparece também na crescente substituição do contrato de trabalho à duração indeterminada por contratos precários de prestação de serviços e terceirização, e na ascensão de tipos de trabalho atípicos, independentes e subordinados, autônomos e heterônomos, em que o trabalhador se vale de altos níveis de competência e tecnicidade e a sua remuneração não representa um salário.

O trabalho independente se torna estratégico enquanto categoria central do mercado de trabalho. Vislumbra-se nele uma série de vantagens: a forma flexível de contratação individual (livre da intermediação sindical), a auto-gestão do tempo e do espaço de trabalho, o incentivo para desenvolver o potencial empreendedor dos indivíduos e, sobretudo, a solução ao problema da reprodução do trabalho enquanto problema

¹ Sobre a relação singular/comum, ver Giorgio Agamben (1993), *The Coming Community*. University of Minnesota Press.

constitutivo das relações sociais, isto é, das relações contratuais entre empregador e empregado e das relações entre o cidadão e o Estado. Trata-se de uma mudança radical: ao princípio civil e fundamental da garantia do mínimo socialmente necessário para a reprodução da força do trabalho se substitui a condição de fato do risco existencial e da precariedade². A exploração direta e implícita nas condições subalternas do assalariado — compensado pela garantia da subsistência — dá lugar a um trabalho formalmente livre da subordinação, mas realmente subordinado às exigências do ciclo produtivo.

Se o trabalho assalariado é associado a uma espécie de despersonalização, da mesma forma que é despersonalizada a produção estandardizada, o trabalhador autônomo pós-fordista deve, ele, se diferenciar. Isso implica um aumento de tarefas e uma divisão de trabalho mais acentuada, em geral definida pela divisão dos saberes e pela decomposição das profissões. Do mesmo modo que as vantagens competitivas se definem entre as firmas pela diferenciação do produto, a capacidade de diferenciação profissional se torna o atributo mercantil do trabalhador autônomo. Essa capacidade se define pelas características individuais e específicas da pessoa e pelas condições familiares, educacionais e profissionais em que o indivíduo se desenvolve. A capacidade de se diferenciar depende, ainda, da disposição do trabalhador em se manter inteirado das novas fronteiras do saber e do conhecimento, num processo sem fim de re-atualização e aprendizagem, isto é, de reprodução a si próprio dentro do contexto social.

O contexto social produz, portanto, um bem coletivo que o capital busca apropriar através de novas práticas de submissão formal, captando na esfera da circulação mais valia independente e cooperativa. Nesta esfera, o capital organiza novas bases de exploração que tendem a dominar na relação capital trabalho, lembrando a fase capitalista do *putting-out-system*. A realização da mais-valia na circulação parece compensar a relativa contração das possibilidades de exploração no âmbito da organização científica do trabalho (submissão

² A noção do trabalho precário tem sido usada para, essencialmente, indicar um déficit do cumprimento dos direitos e benefícios trabalhistas e sociais definidos pela legislação, como a jornada de trabalho, as férias, a licença maternidade, a aposentadoria, o salário mínimo, etc. De forma geral, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) se refere à noção do “trabalho decente” para definir a precariedade do trabalho. A noção de trabalho decente se baseia na observância de quatro elementos fundamentais: o respeito dos direitos trabalhistas, a proteção social, a promoção e a negociação. Frequentemente, a precariedade decorre da instabilidade do vínculo empregatício (extensão temporal dos contratos) e da vulnerabilidade social do trabalhador (empregos facilmente eliminados). Ver Gollag, M. & Volkoff, S., *Les conditions du travail*, La Découverte, Paris, 2000.

real), assim como o elevado custo-de-oportunidade dos investimentos, que se deve aos juros reais e à instabilidade dos mercados³. O capital renova as práticas de submissão formal, organizando novas políticas de enclausuramento e apropriando-se, notadamente via novos direitos de propriedade intelectual, o saber da humanidade.

Aprendizagem, formação, experiência, capacidade relacional e criatividade são atributos do trabalho que dependem dos estados das artes e constituem os fatores de competitividade do chamado *self-employed professional*. As probabilidades de sucesso deste dependem essencialmente do nível da formação inicial e da importância do investimento em tempo e em dinheiro para adquirir conhecimento, especialização e diferenciação profissional. A especialização relativa representa para o trabalhador uma barreira à entrada que pode preservá-lo da concorrência.

No entanto, essa dupla capacidade —formação inicial e atualização— não entra diretamente na determinação do preço do serviço prestado, isto é, não forma a base de remuneração da prestação e não entra como custo operacional nas contas da empresa; não é computada no salário socialmente necessário para a reprodução do trabalho. O que é pago é o objeto que resulta do serviço prestado, independentemente do trabalho gasto para realizá-lo. É o conteúdo do trabalho que define o valor da prestação, junto com o grau de exclusividade. O grau de exclusividade relativa da prestação tende a contar mais na remuneração do que o grau absoluto do saber e do conjunto dos conhecimentos do indivíduo. A especialização exclusiva é a que garante um poder contratual ao trabalhador autônomo, pelo qual pode impor o preço e as condições de pagamento do seu serviço e se manter competitivo no mercado.

Porém, se a identidade profissional define a dimensão autônoma do trabalho, ela não franqueia o trabalhador da incerteza da negociação individual, da precariedade e da heteronomia. Concretamente, a especialização exclusiva deixa o trabalhador vulnerável diante da concorrência no mercado de trabalho, sobretudo no contexto de inovação, em que as contínuas mudanças no processo de produção e na demanda são ameaças constantes à estabilidade do trabalhador prestador-exclusivo.

³ Apesar da instabilidade de certos mercados, a economia mundial sustenta taxas significativas de crescimento nos últimos anos.

A flexibilidade do trabalho, em termos de mobilidade e de remuneração, mostra que a autonomia do trabalhador é apenas formal. Mesmo autônomo, o trabalho continua marcado por uma posição de trabalho *hetero-dependente*, pois ainda vive das encomendas do capital, constituindo-se em uma função capitalista. Em conformidade com o esquema tradicional evidenciado por Marx para a grande indústria, a natureza da exploração permaneceria a mesma, apenas se socializa. As funções do trabalhador permaneceriam absorvidas na organização científica do trabalho e as atividades intelectuais se transformariam em capital fixo. Nessa abordagem, mesmo quando o trabalhador reconhece o seu próprio valor de uso, sua autonomia e sua relação com o produto, a máquina se encarrega de neutralizar suas possibilidades de libertação (Habermas, 1984).

Essa mesma crítica ao capitalismo da fábrica se repete quando se trata das novas atividades que derivam da exploração da comunicação e do conhecimento, onde o processo de produção esteja caracterizado por elementos laborais informacionais e ligado a competências cognitivas (sobretudo nos serviços e nos setores de alta tecnologia) e à capacidade de articulação em redes humanas de cooperação. Nas novas relações sociais que se inscrevem no paradigma da construção comunicativa, também, o capital saberia constituir arranjos institucionais próprios e formar sistemas de organização em rede que permitiriam captar a força de trabalho coletiva e viva que deriva da exploração sistemática da informação e do compartilhamento do conhecimento.

Nesse sentido, os direitos sobre a propriedade intelectual e acesso às redes constituem uma modalidade de captação de *externalidades*, uma forma poderosa para as hierarquias de valor e de exclusão. Esses direitos de acesso à rede e ao conhecimento em geral formam novos enclaves que separam e privatizam um espaço virtualmente universal de produção e circulação da informação. Por meio deles, o capital realiza uma nova modalidade de explorar o trabalho vivo. A nova modalidade de exploração capitalista se concentra precisamente nessa *externalidade*, fruto do trabalho coletivo e da subjetividade que se cria de forma coletiva à medida que se comunica.

3. A co-produção comunicativa

A busca do excedente na esfera da circulação não obedece apenas à estratégia da empresa de escapar dos conflitos de trabalho, mas traduz o fenômeno da ampliação do espaço econômico. O capital trata de captar *externalidades* na totalidade deste espaço e

garantir um grau superior de produtividade: desterritorializa-se para explorar as possibilidades infinitas de modulação mercadológica; privatiza o que é comum e reduz o espaço público, como, também, se descentraliza para captar os fluxos positivos da comunicação.

Na visão da Teoria Crítica da Comunicação, a codificação informática facilita a transmissão maciça da informação e permite socializar o que é individual e tornar cada singularidade, com a sua carga de experiência cultural, um elemento potencialmente constitutivo do processo privado de produção e circulação. Dentro dessa perspectiva, o modelo definido pelo computador de inteligência e comunicação envolve essencialmente atividades simbólicas de rotina, que são passíveis de codificação.

Enfatizando essas atividades, desenvolveu-se o conceito da *indústria cultural* dentro do modelo de standardização e estereotipagem. Nessa teoria, que se consolidou pela crítica da sociedade através da revelação da Superestrutura Ideológica (Marcuse, Adorno, Horkheimer, Debord, Jameson, entre outros), as redes de participação são manipuladas do alto por uma superestrutura que, de forma unilateral, regula a opinião pública e a produz, impondo uma sociedade massificada que tende a agir e a pensar de maneira uniforme. O indivíduo é considerado como um ser passivo e submisso, sem vontade própria; o seu pensamento é completamente inibido quando agrupado em alguma massa. As pessoas adeririam acriticamente aos valores impostos, se alienariam às imagens dominantes da *sociedade do espetáculo* (como em Debord) e os seus desejos se esbarrariam na comunicação uniformizada e dominada pela *conexão consumista* (como em Jameson). A linguagem do discurso midiático é vista numa ótica estreitamente unidimensional, onde a instrumentalização das coisas torna-se instrumentalização dos indivíduos, desconsiderando a intervenção dos homens na vida social e omitindo a complexidade da dimensão simbólica presente em todo ato comunicativo.

No entanto, esse espetáculo, que é ao mesmo tempo difuso e integrado, somente funcionaria se todas as frações do poder e todos os interesses delas convergissem para um único comando, que seria consciente e explicitamente dirigido no sentido de conspirar e ditar o espetáculo. Simultaneamente, o funcionamento deste pressupõe exógeno o mecanismo de comando: a disciplina social é uma voz externa que dita as práticas da

sociedade, sem que haja interação entre o emissor e o receptor. O indivíduo estaria inserido num sistema social impessoal, anônimo e manipulável pela mídia⁴.

Perceber a sociedade de controle de forma unidimensional equivale a pensar as instituições como instâncias separadas e isoladas das forças sociais. Ora, as instituições (família, Estado, escola, mídia, etc) que são, por excelência, as protagonistas da inserção social, lideram o processo de construção das identidades e regulam a sociedade. A crise social se reflete plenamente nelas, impondo sua flexibilização. A crise das instituições se traduz por um movimento de *mão dupla*: o vazamento de seus valores específicos que se espalham para outros domínios, de um lado, e, do outro, a sua invasão e penetração por novos valores exógenos que as reconfiguram. A evolução da identidade social envolve, então, a produção de subjetividades, a qual não permanece fixa, mas constantemente modulada por inúmeras instituições híbridas e diferentes combinações fora das instituições. A crise das instituições significa, justamente, que as fronteiras entre elas estão sendo derrubadas, de modo que a lógica que funcionava principalmente dentro das paredes institucionais se espalha para todo o terreno social (Hardt e Negri, 2001, seção: 2.6).

Para os pensadores que consideram a intersubjetividade (a escola de Palo Alto, Merleau-Ponty, Wittgenstein, Bourdieu, Morin e outros), a comunicação é vista dentro de um modelo circular e retroativo, no qual o receptor tem papel tão importante quanto o emissor. A idéia da circularidade expõe o caráter rotativo do sistema: o efeito volta à causa e a causalidade se move em espiral. Os indivíduos produzem a sociedade e ela própria retroage sobre os indivíduos, com sua cultura e sua linguagem. A essência da comunicação reside precisamente em processos relacionais e interacionais, onde o indivíduo é sujeito e agente, interpreta e simboliza ao mesmo tempo. Ou seja, as relações humanas passam a formar um vasto sistema de comunicação, onde o homem é produto e, também, produtor⁵. Todo comportamento humano passa a ter valor comunicativo e, como a comunicação não ocorre sobre fatos situados fora das relações sociais, ela cria realidades (Berger e Luckmann, 1992).

⁴ Sobre o poder da mídia, ver Edward Hermann e Noam Chomsky, *Manufacturing Consent: The Political Economy of Mass media*, Pantheon, Nova York. 1988.

⁵ Pierre Lévy sustenta que a mensagem é um agente efetivo para a mente de quem a interpreta. Se um texto, uma mensagem ou alguma obra funcionam como mente é porque já foram assimilados, lidos, interpretados e importados como matéria mental e efetiva. (Lévy, 1995). As qualidades afetivas da mensagem interiorizada são transferidas à própria mensagem.

A Teoria Crítica não dá conta das mudanças nas relações capital-trabalho no contexto do paradigma da construção comunicativa, porque concebe a co-produção em rede não verdadeiramente como co-produção de informação e conhecimento⁶, mas como mera troca de informações submetida à mesma lei de repetição que caracteriza a “produção de mercadorias por mercadorias”. A interação é vista apenas em função de uma relação vertical entre os produtores e os usuários de bens e tecnologias, mantendo uma visão demasiadamente técnica e economicista dos novos fenômenos que se pretende explicar. Essa interpretação não rompe com o superado universo Smith-Taylor, em que a cooperação é passiva e estática, assegurada pelo encadeamento programado e sequencial de tarefas elementares (Veltz, 1999).

Essa visão, na teoria econômica, corresponde às correntes que consideram apenas a dimensão quantitativa do consumo da informação, vista através do conceito dos rendimentos crescentes, o qual abrange fenômenos como economias de escala e *learning by doing*, que são examinados sob o ponto de vista de externalidades em rede (Arthur, 1989). Essas correntes assumem o trabalho criativo (a invenção) como fator exógeno, limitando a análise do processo de invenção à análise do processo de difusão no campo da economia de uma produção que lhe é externa.

4. O trabalho cooperativo e comunicativo como fator endógeno — um trabalhador agente e sujeito

A abordagem evolucionista concebe a invenção, ao contrário da visão clássica e da abordagem utilitarista, como um processo endógeno, não linear, que se confunde com o processo de produção e que se retro-alimenta envolvendo inúmeros agentes. O processo informativo é, portanto, um processo de criação, porque nele se define o objeto técnico inovador. Esse processo tem um ponto de partida que é o paradigma tecnológico (o estado das artes): um conjunto atual de tecnologias, princípios científicos e de questionamentos sobre problemas a resolver.

A teoria evolucionista constitui uma renovação fundamental da economia da inovação. Todavia, com sua visão essencialmente cognitivista das mutações, embora consiga explicar

⁶ A informação é objeto de produção dos sistemas de valor, isto é, do conhecimento. Supunha-se, por convenção, que o conhecimento é a informação processada ou sistematizada pelo pensamento. Essa distinção só pode ser relativa, dado que a mente processa tudo que capta. A mente, aqui, é a capacidade humana de aprender e usar símbolos.

a evolução tecnológica dentro de um dado paradigma, não dá conta das mudanças qualitativas que levam a novos paradigmas. Presa ao mundo da escassez e dos rendimentos decrescentes que caracterizam a produção de mercadorias por mercadorias, essa teoria afirma a perpetuidade dos motivos tecnológicos e mercadológicos que se juntam para contrair os rendimentos de forma cada vez mais acentuada, à medida que se avança numa dada trajetória de inovação (Amendola & Gaffard, 1998). Ela trata da especificidade do conhecimento e dos recursos envolvidos na sua produção, mas ignora a especificidade do sujeito criativo, razão pela qual não pode tratar da dinâmica de inovação num sistema de produção de conhecimentos por conhecimentos.

Nessa nova dinâmica, em oposição, o uso da ferramenta técnica depende da performance do trabalho vivo concreto, heterogêneo e partilhado, onde criatividade e capacidade de invenção se apresentam como ação imediatamente intersubjetiva. Nela, as interações entre os produtores e os usuários representam relações de co-produção (Lundvall, 1999). O trabalhador, agente e sujeito, não se apresenta como força de trabalho hetero-produzida, mas como força de trabalho que se auto-produz e continua a se auto-produzir no tempo de trabalho e no tempo de não trabalho. O tempo separado do espaço do trabalho se torna um laboratório pós-industrial de criação e inovação.

Onde o processo de produção se caracteriza por elementos imateriais ligados às capacidades cerebrais e cognitivas, a cooperação não pode ser, como na abordagem da *indústria cultural*, reduzida e confundida com a cooperação tecnológica e comercial, que tem como finalidade central a redução da incerteza e a gestão da escassez, dentro do modelo industrial transformista de energia, onde a máquina impõe sua lei de funcionamento ao trabalho como abstrato e genérico. Na lógica do capitalismo cognitivo, o trabalho vivo não se incorpora na máquina e a reprodução do seu caráter se faz de forma concomitante ao ciclo produtivo em geral; as funções do trabalho coletivo vivo não são mais absorvidas na organização científica do trabalho.

Vários autores mostraram que a incorporação da força coletiva de trabalho no capital leva a um resultado paradoxal em que quanto mais o capital se desenvolve, quanto mais a exploração se limita à exploração individual do trabalhador. Se a máquina incorporasse os aspectos coletivos do trabalho vivo, a produtividade aparente do trabalho diminuiria a favor do indicador de produtividade aparente do capital. O capital estaria acumulando trabalho

morto e abandonando a sua função de extrair mais valia a cada nova configuração do ciclo capital-mercadoria.

Nas teorias do *crescimento econômico*, os maiores avanços das últimas décadas se devem aos modelos que buscam integrar as condições do trabalho vivo complexo na unidade do ato produtivo e na continuidade do processo de valorização. Nestes modelos, conhecidos como *modelos de crescimento endógeno*, os ciclos não são mais determinados por variáveis nominais, como moeda e inflação, mas explicados, ora por mudanças tecnológicas (Prescott, 1986), ora pelo comportamento do mercado de trabalho (Summers, 1986 e Mankiw, 1989). O trabalho complexo intelectual se torna tão importante nos novos processos inovativos que leva a teoria econômica a distingui-lo do trabalho homogêneo e considerá-lo como *capital humano*. O trabalho complexo ou qualificado se apresenta como resultado de um capital investido na formação do trabalhador, o qual o disponibiliza mediante uma renda.

Codificar o capital humano a fim de padronizá-lo e generalizar o seu uso sem o assentimento do trabalhador não é tarefa trivial para o capital. A apropriação de conhecimentos, competências, saber e *know how* do trabalho não podem ocorrer independentemente de quem as possui, conferindo ao trabalhador maior poder de negociação. O trabalhador é particularmente qualificado quando adquire as condições de intervir na concepção e racionalização do processo de produção, na inovação de produtos, no nível da circulação da informação e na qualidade do próprio trabalho. Sendo assim, ele entra na formalização econômica do fator tecnológico e deixa de ser considerado como algo residual.

Na atividade cognitiva de criação, de transformação da informação e da incorporação desta no conhecimento do trabalho vivo, a extração da mais-valia pressupõe a reprodução e a preservação do trabalho complexo como trabalho vivo e não como bem de capital. A apropriação capitalista fica determinada pelas condições de subjugar o trabalho vivo na totalidade do processo de realização, enquanto trabalho vivo que se reproduz ao longo do processo como trabalho vivo independente do trabalho morto. *O marco do capitalismo cognitivo está no fato de que o conhecimento não se incorpora nem no trabalho, nem na máquina, nem na organização* (Rullani, 2000).

No modelo entrópico de transformação industrial, onde prevalece a lei dos rendimentos decrescentes, as modalidades de divisão e organização do trabalho residem na especialização da máquina —na heterogeneidade das máquinas— que se opõe a um trabalho homogêneo, o qual se exterioriza como simples gasto energético, esforço muscular. Nesse mesmo modelo, a máquina é especializada, sua função e seu uso são determinados pela natureza dos conhecimentos que ela incorpora. Frente a essa máquina, o trabalho separado do conhecimento é desprovido de qualquer especificidade. A máquina, enquanto cristalização do saber e enquanto trabalho morto, impõe a sua lei de funcionamento ao trabalho vivo.

Essa relação homem-máquina se inverte no paradigma da construção comunicativa. Neste universo, enquanto o trabalho se confunde com a criação de usos, a máquina se desespecializa e homogeneiza. Essa novidade constitui uma verdadeira ruptura na história das técnicas, ao colocar em questão a relação que até então fixava um objeto técnico na sua função e designava ofícios e competências em função das ferramentas utilizadas.

Ao dissociar a máquina (hardware) do seu programa (software) e interconectar os agentes cooperativos, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) conferem uma elevada maleabilidade aos instrumentos, cujo uso implica em variações constantes dos programas de funcionamento. Em outras palavras, o computador conectado à rede não possui uma função predeterminada, enquanto meta-máquina. Ele é uma caixa vazia que somente a forma como é preenchida lhe confere uma função ou uma utilidade. O que está implicado na produção, como produção criativa, não é mais a associação da capacidade homogênea da máquina com o trabalho abstrato e genérico, mas, sim, a capacidade heterogênea e subjetiva do trabalho em adquirir, acumular e valorizar conhecimentos, isto é, ressignificar os codificados saberes.

Esse trabalho intelectual nasce na esfera comum, se desenvolve na totalidade do campo social e se reproduz de forma endógena no tempo social de valorização, consumindo bens públicos, de ordem universal. Não é a divisão científica do trabalho que produz trabalho vivo, mas a cooperação social em torno de conteúdos culturais, artísticos, ideológicos e técnicos. A cooperação social corresponde a uma mobilização do indivíduo e dos coletivos do trabalho em redes de comunicação e valorização que, no contexto atual, se tornam objeto de consumo e ferramenta de trabalho ao mesmo tempo e, por isso, portadoras de

uma mudança qualitativa maior, na qual emerge o fenômeno do uso como fator de produção.

O valor está no uso coletivo e este não está mais determinado pela máquina. É precisamente esse fenômeno que motiva as dúvidas acerca da rentabilidade das NTICs. Através dele pode-se entender o paradoxo da produtividade de Solow (Solow, 1978), em que a adoção de novas tecnologias exige inovação da parte de quem as adota. Conseqüentemente, a performance da ferramenta técnica depende da inteligência, da criatividade e da capacidade de invenção do trabalho vivo partilhado. Desde então, como constata Corsani, *“não se pode associar ... a imaterialidade do conhecimento à materialidade das mercadorias; não é mais possível definir a produtividade do trabalho na sua relação interna ao capital”* (Corsani, 2002: 183).

5. A crescente importância da comunicação e do trabalho cooperativo nos processos produtivos e suas implicações na organização do trabalho.

O capitalismo industrial, ao desenvolver novos materiais e novos processos de produção, levanta a necessidade de criar novos valores de uso para os novos produtos. As oportunidades de acumulação não são, portanto, criadas apenas via ampliação quantitativa da demanda, mas incluem uma dimensão qualitativa, onde a comunicação não é limitada a uma mera transmissão de dados, mas abrange a articulação entre consumo e produção numa permuta contínua, que é, ela própria, objeto de produção e valorização. Na estrita cooperação entre mercado e produção, é essa permuta que permite detectar e criar desejos e anseios, os quais são transformados em necessidades (via publicidade) e, em seguida, respondidos por novos produtos.

No contexto do paradigma da construção comunicativa, dominado pelo imprevisível e pela incerteza, a cooperação é dinâmica, baseada em formas horizontais de comunicação, as quais demandam um trabalho polivalente e uma capacidade de ação e interação não prescritível. Quando se produz conhecimento por conhecimento, a cooperação se torna consubstancial à atividade criativa e se amplia graças à multiplicação e interconexão das redes virtuais que a tecnologia autoriza. Essa cooperação ampliada e geradora de valor não pode ser reduzida e confundida com aquela cooperação tecnológica e comercial que tem como finalidade central contradizer o fenômeno dos rendimentos decrescentes.

A troca de informações não comporta nem perda nem sacrifício; escapa da lei do rendimento decrescente e, *a fortiori*, da lei da escassez. Seu consumo não é destruidor e não implica na depreciação ou no esgotamento da sua utilidade. Pelo contrário, o uso da informação é uma atividade criativa, pois, enquanto “conhecimento em ato”, evolui com o seu uso subjetivo. O seu custo de reprodução é muito baixo e o seu valor agregado elevado e, em razão da cumulatividade, o seu custo marginal é decrescente. No entanto, ele é muito variável de um contexto para outro e é fortemente incerto, pesando sobre o processo de inovação.

A revolução informacional reconfigura os processos de produção, altera suas formas institucionais de regulação e abre espaço considerável para a acumulação. O trabalho coletivo que produz informação e conhecimento ocupa um lugar de destaque na produção de externalidades. A sua combinação com os meios de produção se torna fonte dominante de criação de riquezas. A produção de serviços e o manuseio de informações estão no coração da economia, apoiados na revolução da comunicação e da informática que transformou as práticas laborais, inserindo-as no modelo das tecnologias de informação e comunicação. Toda atividade econômica é permeada pela informação que age em todo o campo social. As técnicas tradicionais de máquinas industriais estão realmente sendo substituídas pela inteligência cibernética de informação e pelas técnicas de comunicação.

Contra a tese da *indústria cultural* está o próprio trabalho de rotina, que não requer apenas um trabalho de execução, como se pensa, mas implica o cumprimento de tarefas analíticas e simbólicas via manipulação inteligente e criativa. Quando um sistema (vivo) age no seu ambiente, ele interage com inúmeras fontes de informação, isto é, de incertezas. Ele precisa eliminar essas incertezas, causando negontropia⁷ adicional, porque o sistema informacional é uma atividade viva que possui a capacidade de reter e recuperar energia. Quanto maior seja o tratamento da incerteza, maior será a experiência adquirida. Como observa Atlan (1992: 145), o tempo de tratamento das incertezas se afirma criativo e agrega realmente valor ao trabalho informacional.

Além destas tarefas analíticas e simbólicas, ainda existe a outra face do trabalho coletivo vivo, constituída pelo trabalho afetivo de contato e interação humana, pelos

⁷ Negontropia ou neguentropia é a força que se opõe ao princípio da termodinâmica. É a capacidade de recuperar no ambiente a energia gasta, reciclar e reutilizá-la permanentemente na continuidade do trabalho entrópico.

serviços em geral, cujos produtos (satisfação, conforto, bem estar) são intangíveis e envolvem uma vasta gama de atividades, como assistência médica, educação, finanças, transportes, segurança, diversões e publicidade. Em cada uma dessas formas de trabalho, os empregos são altamente moveáveis e envolvem flexibilidade e aptidões. São caracterizados em geral pelo papel central desempenhado por fatores como conhecimento, informação, afeto e comunicação. *A realidade econômica e social é definida menos pelos objetos materiais feitos e consumidos do que pelos serviços e relações co-produzidos. Cada vez mais, produzir significa construir comunalidades de cooperação e comunicação* (Hardt & Negri, *ibid*: 323).

A demanda social corrobora com a tese da hegemonia do trabalho coletivo vivo, na medida em que o que se consome são, cada vez mais, os serviços, as tecnologias informáticas e comunicacionais e os conteúdos informacionais, culturais e artísticos, todos intimamente associados à ferramenta técnica NTICs, cuja peculiaridade encontra-se, precisamente, na indissociabilidade dos conteúdos que ela transporta e transmite.

As NTICs se constituem em poderosos suportes da informacionalização que se amplia graças à multiplicação da cooperação e à crescente interconexão das redes virtuais. A performance dessa ferramenta técnica depende da inteligência, da criatividade e da capacidade de invenção do trabalho vivo que se apresenta como ação imediatamente cooperativa. A cooperação se realiza dentro de redes difusas⁸ de dispositivos que produzem e regulam símbolos, linguagem, costumes, hábitos e práticas produtivas.

A interatividade dos significados produz sistemas simbólicos e tecnologias intelectuais, que colocam em movimento as formas comunitário-cooperativas como fonte de criação de valor. Conseqüentemente, a valorização se realiza no interior mesmo do processo de produção e difusão da informação, a qual não pode possuir valor se não é intercambiada, difundida e, portanto, socializada. Assim, a ação instrumental da produção econômica é unida à ação comunicativa das relações humanas, e isso dentro de redes diferenciais e múltiplas, e com suportes tecnológicos que acomodam ações a fins específicos. Nesse sentido, o conceito de tecnologia intelectual é assumido pelo conceito geral da dinâmica social.

⁸ A rede é um não-lugar (Hardt & Negri , 2001).

A infra-estrutura de informação, estruturada numa arquitetura ilimitada, inclusiva e diferenciada, é embutida nos novos processos de produção que lhe são totalmente inerentes. As NTICs permitem, não somente a manipulação e combinação das informações, como também impõem de forma transversal normas de funcionamento, participando assim na diluição das fronteiras entre os tempos históricos do capitalismo (consumo/produção, trabalho/não trabalho, etc.). O tempo humano se torna então totalmente econômico, não mais através de seqüências separadas e de lógicas binárias, como no regime fordista, mas via um *continuum* de atividades. Consome-se primeiro bens que permitam o acesso à informação e que representem um capital. O acesso à informação, em seguida, permite produzir novas informações. Então, sob forma de consumo, constrói-se capital e, sob a forma de tempo, produz-se informação. Complica-se a medição do valor pelo tempo de trabalho, que é o centro da economia política.

Se o tempo do consumo (de serviços, informática, cultura, etc.) e do lazer se transforma em tempo de aquisição e produção de novos conhecimentos (produzidos individualmente ou coletivamente dentro das redes), os tempos intermitentes de produção do assalariado são, eles, tempos de consumo (de aproveitamento) pela empresa desses próprios conhecimentos produzidos dentro e fora dela. A nova modalidade de exploração capitalista se estende precisamente ao fruto do trabalho coletivo e da subjetividade que se cria nas redes humanas de comunicação e cooperação⁹.

O movimento que reúne espaço e tempo universais, por meio da ação das forças sociais, não envolve apenas o econômico ou a dimensão social, mas abarca também o que Michel Foucault chamou de *bios social*, isto é, a forma de poder que se interioriza nos corpos e cérebros dos sujeitos e os regula por dentro (Foucault, 1994). Essa inter-relação dos tempos e dos espaços da vida e do trabalho gera um deslocamento radical da base social e produtiva do capitalismo, forçando o capital a sair, como sinaliza Dieuaide, *de uma lógica de valorização fundada no controle direto do processo de produção, [para entrar] numa lógica de valorização tentacular, baseada no uso e no consumo do saber e localizada na totalidade da vida social* (Dieuaide, 2002: 76-89).

⁹ No paradigma da construção comunicativa, o exterior à produção é, na verdade, formado nas próprias relações de produção e reprodução. O que era exterior à produção e às relações de produção é dissolvido na *universalidade da criação humana*, tornando impossível qualquer fronteira entre produção social e produção econômica. As externalidades podem ser consideradas como *internalidades* à esfera da produção do conhecimento.

A lógica de rede como modelo de coordenação, de controle e de difusão das atividades, faz com que a sua generalização interfira diretamente no *bios social*. A comunicação age nos nexos imateriais da produção, da linguagem, do simbólico e do afeto, que são inerentes ao domínio social. As análises de Foucault da comunicação-poder¹⁰ permitem reconhecer aqui a natureza biopolítica da comunicação e do trabalho coletivo, particularmente quando o conhecimento passa a representar conteúdos produtivos dominantes e se estender pelas profundezas da consciência e dos corpos, rearticulando as relações sociais e montando novas formas comunitárias (linguagem, redes, serviços interativos, etc).

6. Uma lógica de inovação permanente

A acumulação na base da comunicação é sinônimo de uma situação de inovação permanente, em que a valorização se sustenta no tempo subjetivo e intersubjetivo da criação, isto é, no trabalho vivo e coletivo. A economia política não prevê esse caso em que o conhecimento, enquanto expressão da capacidade inovadora das relações subjetivas, passe a predominar no processo de realização de valor. Trata-se de uma passagem de uma lógica de produção para uma lógica de inovação. Evidentemente, no modelo industrial existe inovação, mas ela é relativamente uma exceção, pois a valorização se baseia essencialmente na dominação do tempo de reprodução de mercadorias padronizadas, produzidas com tecnologia mecânica. O tempo em questão é um tempo sem memória, a não ser a memória do gesto repetido e da cooperação estática, inscrita na divisão técnica das tarefas e determinada segundo as normas da organização científica do trabalho. No capitalismo informacional, essa exceção que é a inovação se torna regra, pois a valorização nesse novo regime deriva da produção do conhecimento, no tempo da sua produção, difusão e socialização que as NTICs permitem enquanto tecnologias cognitivas e interconectadas. O conhecimento nasce e se difunde de forma heterogênea ao longo das trajetórias desenhadas por relações criativas cumulativas, cooperativas e amplamente socializadas dentro de contextos de produção e de uso. Pode-se, nesse contexto, evocar a idéia de regime de inovação.

O que entra em jogo na produção criativa é a energia da memória que cria e reproduz infinitamente símbolos que se referem ao pensamento e conhecimento. Essa capacidade da

¹⁰ Trata-se de um modelo de organização em “panóptico”, em que os processos disciplinares investigam tão profundamente a sociedade que conseguem configurar-se, a si próprios, como aparelhos que levam em conta a dimensão biológica coletiva da reprodução popular.

memória é anti-econômica, porque permite, simultaneamente, criar, dar, reter, gastar e conservar a custos limitadíssimos ou nulos. A memória contém nela a ferramenta, a matéria prima e a energia necessárias à produção e reprodução do conhecimento. Ela é o principal meio de produção do conhecimento. As imagens, sensações, palavras, emoções e os conceitos constituem a sua matéria prima. A fim de produzir e reproduzir conhecimentos, a memória necessita de ferramentas externas e ela se exterioriza através de diversos dispositivos, como tempo, linguagem, conceitos e tecnologia. A memória possui a característica de se exteriorizar sem, para tanto, se alienar, escapando da relação sujeito-objeto própria às teorias do valor, as quais descrevem a produção como objetivação do sujeito no que produz.

Bérgson mostrou que toda encarnação da memória (sensório-motora, intelectual ou tecnológica) cumpre a função de afrouxar os mecanismos que servem a manter o trabalhador com a mente cativada e absorvida pela ação finalizada. Bérgson parte da “fabricação”, a qual, embora opere conforme um plano e uma finalidade, cria condições que permitem à mente se “distrair” e não permanecer completamente absorvida pela realização das tarefas predeterminadas, dispensando-a de se entregar e se submeter inteira e exclusivamente ao domínio material (Bérgson, 1989:634). Nessas condições, pode-se finalmente assimilar na fábrica, não somente o trabalho, mas também a “força da invenção”, a qual atinge atualmente, com o predomínio dos serviços, um estágio nunca antes visto. A liberdade criativa, alimentada pelas relações de subjetividade, se alastra, agora, para todo o campo social, via expansão da tecnologia.

Para que o capital consiga dominar essa nova força de invenção com as mesmas práticas de dominação do trabalho material (o da ação finalizada), separando o trabalho dos meios de produção, deverá, simultaneamente, transformar o trabalhador imaterial em um paradoxal autômato-criativo e reduzir a ação da memória a um simples trabalho reprodutivo. Em outros termos, o capital deverá conseguir a separação da faculdade de criar (idéias, imagens, sentimentos) da de se reproduzir (rememorar).

7. As condições de exploração

Na economia política, uma vez realizada a separação entre o trabalho e os meios de produção (que é somente possível se o trabalho vivo é pensado como simples gasto de trabalho abstrato) o processo de trabalho se torna indistinguível do processo de valorização.

É precisamente essa coincidência que define a *submissão real* do trabalho ao capital em Marx.

No sistema de produção de conhecimento, onde a valorização ocorre no tempo subjetivo e intersubjetivo da criação pode-se observar uma distância crescente entre a produção social e a produção econômica. Essa fronteira pode ser interpretada como dificuldade do capital em assegurar a submissão real, isto é, a dominação através da divisão do trabalho e a socialização do conhecimento. Isso porque a natureza da atividade subjetiva e a natureza do objeto implicam na livre produção e socialização do conhecimento. A lógica especificamente capitalista da submissão real é abalada pelo fato de que não se pode comandar a invenção e pelo fato do conhecimento não permitir ser apropriado e parcelado segundo os princípios do individualismo possessivo.

A economia política desnuda o trabalho de toda criatividade, reduzindo-o a um simples gasto de trabalho-abstrato. No decorrer do processo de objetivação do trabalho simples, o trabalhador individual, desaparece no coletivo do *trabalho combinado*. No capítulo inédito, Marx afirma que pouco importa que esse trabalho seja manual ou intelectual. Todas as categorias de trabalho e qualificações aparecem como “*funções das forças de trabalho incorporadas no conceito imediato de trabalho produtivo*”. É, portanto, *absolutamente indiferente que a função de um trabalhador ou de outro, simples relação de trabalho coletivo, seja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto* (Marx, *ibid*: 110).

No entanto, o conceito de trabalho vivo em Marx se referia ao trabalho coletivo e, nele, as mercadorias eram imediatamente materiais e imateriais. Marx evocou, sem integrar na sua teoria do valor, a relação entre a potência do trabalho vivo, *indeterminação capaz de qualquer determinação*, e sua atualização nos produtos. O processo histórico de desenvolvimento do capital representa, segundo Marx, um processo de transferência das capacidades vivas do trabalho simples para o trabalho morto; um processo de objetivação da *informação social* na máquina; um processo de *reificação* do conhecimento (do trabalho simples vivo) na codificação redundante do trabalho morto. Pode-se afirmar, desde então, que a máquina é uma redundância concreta: uma informação congelada em suas formas materiais e em suas possibilidades dadas de movimento. As suas capacidades para transformar a matéria, —*civilizar a natureza*— dependem diretamente do conhecimento

acumulativo extraído das forças produtivas e coletivas. Conseqüentemente, o trabalho intelectual que, com o tempo se tornou dominante, se revela como força produtiva absoluta.

Marx já havia apontado para a importância na valorização do capital das capacidades intelectuais criativas e da formação geral contida no convívio social. São as qualificações culturais e educacionais gerais do trabalhador que geram o seu valor de uso e de troca. Foi nessa perspectiva que o autor do *O Capital* previu, com genialidade, a perda da capacidade da força do trabalho simples em gerar mais-valia, a partir do momento em que *o manejo das ferramentas é incorporado pela máquina...*, [eliminando dessa forma] tanto o seu valor de uso, quanto o seu valor de troca (*O Capital*, I). No seu tempo, em que a atividade laboral tratava de um trabalho direto de transformação material, Marx não pôde ir adiante. Todavia, ele mostra nos *Grundrisse* que essa ruptura entre trabalho imediato e trabalho mediato (entre o trabalho vivo e o trabalho morto) tende a subtrair do capital a sua fonte de valorização e extração da mais-valia.

Embora a relação entre trabalho intelectual e invenção, no tempo de Marx, estivesse ainda vaga e o trabalho vivo tivesse como único objetivo a transformação da matéria, o autor conseguiu vislumbrar os poderes do trabalho que são sugeridos pelos poderes do conhecimento, da experiência, comunicação e linguagem. O *intelecto geral* de Marx é uma inteligência coletiva, social, criada por conhecimentos, técnicas e *know how* acumulados. O valor do trabalho no contexto pós-moderno é dessa forma realizado por uma nova força de trabalho universal e concreta, por meio da apropriação e livre utilização das renovadas forças produtivas.

Marx não chegou a incluir na sua teoria de exploração esses conceitos de potência e ato do conhecimento, que permaneceram praticamente no estágio da intuição e metáfora. A sua inclusão teria complicado a construção da teoria do valor-trabalho, num contexto em que o trabalho intelectual representava um mero auxílio à transformação da matéria e no qual o conjunto dos fenômenos que se referem a imagens, lembranças, linguagem e afeto, ainda não se constituiu como fonte explícita de valorização.

Na economia pós-moderna, onde o trabalho tende a se tornar predominantemente uma força social animada pelos poderes do conhecimento, do afeto, da tecnologia e da linguagem, o insumo não é necessariamente fornecido pelo capital, nem mesmo o meio de produção. A informação, como trabalho vivo complexo, é realizada na unidade do ato

produtivo e do processo de valorização. Embora inserida como *in put* no ciclo da realização, ela não se deprecia ao longo do processo produtivo, a sua energia não se extingue no processo de transformação. A informação pode produzir negotropia que, por sua vez, produz informação. Ela não é um estoque que se esgota com o uso, mas um fluxo que se mantém, alimenta e valoriza¹¹.

Contrariamente ao tangível bem-mercadoria, a informação é um bem que só existe enquanto idéia e, por não ser um bem raro, ela não implica necessariamente intercâmbio desigual, alienação e espoliação. A sua valorização deriva da socialização que, por sua vez, se baseia na emanção, na agregação recíproca, isto é, na capacidade de, simultaneamente, dar e reter, reproduzindo-se concomitantemente ao ciclo de criação de valor. Esse fenômeno pode representar um marco na evolução do capitalismo, uma nova fronteira que, da mesma forma que supera o modelo entrópico industrial, de conversão mercantil da energia motriz, revela o limite da objetivação e da mercantilização do trabalho vivo. Esse limite é o ponto de partida para o “proletariado social” reconhecer o seu próprio valor de uso, sua autonomia e sua esperança de libertação. A sociedade pode perceber o novo uso de máquinas, onde o proletariado não é explorado, onde ele não é mais apenas uma parte da produção, mas um agente autônomo de produção que se reapropria de novos espaços e novas liberdades. Essa possibilidade vai totalmente de encontro às teses que prevêm a marginalização do trabalho.

Na produção do conhecimento pelo conhecimento, complica-se a absorção do trabalho vivo na organização científica e na materialidade do produto; afrouxa-se a dependência do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, dificultando a separação entre os meios de produção e as forças produtivas. Conseqüentemente, a produção do conhecimento não garante a coincidência entre o processo de trabalho e o processo de valorização. Nela, a produção e a valorização (invenção e inovação) são agenciadas em função do seu conteúdo criativo.

Libertado da sua condição de incorporado, o conhecimento pode ser reproduzido, trocado e utilizado de forma separada do capital. Mesmo que o dinheiro compre o trabalho para produzir conhecimento, a compra não assegura o comando, pois o trabalho cognitivo

¹¹ O conhecimento também não é um estoque. Considerá-lo como tal pode ser útil para distingui-lo da informação, mas isso engana na medida em que a acumulação do conhecimento pressupõe, por definição, a renovação das estruturas.

não precisa ser necessariamente combinado ao capital para ser produtivo. Mesmo que o trabalho intelectual continue marcado por uma posição de trabalho “hetero-dependente”, pois ainda vive das encomendas do capital, ele não é mais uma função capitalista. Ele é socializado “em si e para si”, pois a cooperação se torna totalmente inerente ao trabalho, o qual corresponde a uma participação no crescimento do conhecimento junto com outros componentes do trabalho vivo. Essa associação produz redes e novas tecnologias nas quais a própria circulação da informação (da linguagem) é fonte de valorização.

Dentro das redes de conhecimento, cada subjetividade se torna, ao mesmo tempo, sujeito de participação e agente independente de produção e consumo. Esses espaços confundidos de valorização (trabalho privado, consumo, lazer) não são apenas substitutos do espaço da fábrica como modalidade de organização e gestão das relações de produção, mas, sobretudo, espaços de circulação interna ao próprio trabalho cooperativo, onde os indivíduos vivem e funcionam socialmente em condições essenciais para a acumulação. Nesta, a autovalorização do trabalho excede a si mesma e se move por “sobressaltos intermitentes” da capacidade de invenção do capital humano, como Schumpeter já o percebia.

A cooperação criativa passa, graças à constituição das redes informacionais, a pré-existir ao capital. Ou seja, o capital, para valorizar-se, não precisa fazer prova de hegemonia pela iniciativa de predispor de estruturas de organização do trabalho. As NTICs propiciam-lhe a possibilidade, enquanto ainda condição do processo produtivo, de encarregar o trabalhador de assumir na vida privada uma parte crescente do engajamento profissional e de se munir de um conjunto de ferramentas de produção, que até então eram fornecidas pela empresa. Ele se “desapega” da base material das relações de exploração, entregando a gestão dessa base aos coletivos de trabalho, mantendo, no entanto, a capacidade estratégica de intermediação, ativação e controle dos fluxos de produção e de troca no âmbito das próprias relações de trabalho. Tudo ocorre como se o capital produtivo passe a não precisar mais, para a sua valorização, ocupar e controlar as funções de produção e de venda das mercadorias. A sua ação se volta para a gestão e exploração das capacidades intelectuais criativas, que perpassam o domínio da fábrica e se encontram potencialmente contidas nas relações sociais de cooperação.

Nesse terreno social de criação, como foi mencionado, as relações de produção se confundem com as forças produtivas e inviabilizam a apropriação da força criativa do trabalho vivo coletivo via submissão real. Assim, resta ao capital a prática da submissão formal, associada à imposição de uma nova política de apropriação, mediante os “direitos de propriedade intelectual”, de um lado, e, do outro, via distribuição do tempo em tempo curto de trabalho remunerado e tempo maior não remunerado ou sub-remunerado de trabalho reservado à aquisição de informações. A solução é ideal para o capital, pois permite elevar, de vez, tanto a mais-valia absoluta quanto a relativa.

Uma informação pode participar na valorização do capital quando acelera no universo mercantil a revelação de um conhecimento coletivo a ser explorado; quando restringe a fuga ou o êxodo do trabalho vivo imaterial do regime de reprodução mercantil¹² e quando reforça a produção do trabalho vivo pelo trabalho vivo de forma dependente do trabalho morto. Mas ela pode aumentar, também, o poder do trabalho, quando permite o uso coletivo e gratuito do conhecimento, quando autoriza a abertura de novos espaços de trabalho menos subjugado e quando obriga o empregador a reconhecer a produtividade direta do trabalho vivo como trabalho vivo, não como trabalho submetido ao capital.

Conclusões

Esse paradoxo da informação revela o caráter conflitante da nova articulação capital-trabalho. Representa um desequilíbrio fundamental que o novo capitalismo terá que enfrentar. O êxito do capital nesse intento dependerá da sua capacidade em sustentar a sujeição do trabalho criativo, cuja valorização se torna cada vez mais autônoma em relação às estruturas materiais de comando; dependerá da sua capacidade em comandar uma produção cuja especificidade se encontra na impossibilidade de ser pensada e organizada nos mesmos modos da ação finalizada (planejada e executada na empresa). Essa empreitada pressupõe a redefinição das modalidades de exploração e comando, pois o fruto do trabalho criativo é bastante incerto e imprevisível e não pode ser controlado da mesma forma que o trabalho abstrato, alocado, simples e repetitivo. O lugar de efetivação do trabalho coletivo é indeterminável, o que leva o capital a estender a sua lógica de valorização tentacular a novas esferas (públicas, “íntimas” e afetivas), apontando para a

¹² Seria adequado caracterizar essa fuga como um moderno quilombo.

disseminação dos conflitos sociais pela totalidade da vida social e reafirmando a busca pelo excedente como elemento determinante da dinâmica do capital.

A exploração capitalista na totalidade da vida social pressupõe, além de arranjos institucionais próprios, a formação de sistemas de organização e redes que permitem a captação da força do trabalho coletivo e vivo. De certo, a organização social em rede existiu em outras épocas, mas o que é novo hoje é que o paradigma das tecnologias da informação fornece as bases materiais de sua extensão a toda a sociedade. A rede do que se trata no capitalismo cognitivo é, antes de tudo, uma rede humana construída pela circulação de informações, de significados e de artefatos técnicos produzidos por inúmeros usuários-inovadores inter-relacionados.

As performances inovadoras são diretamente associadas à importância do investimento coletivo em infra-estrutura, instrução, formação e pesquisa, cujo custo é amplamente socializado. É nesse sentido que os direitos sobre a propriedade intelectual e acesso às redes constituem uma forma poderosa para as hierarquias de valor e de exclusão; novos encravamentos que separam e privatizam um espaço virtualmente global de produção e circulação do conhecimento. Por meio deles, o capital busca realizar uma nova modalidade de explorar o trabalho vivo. No entanto, as novas tecnologias de rede também oferecem à força de trabalho coletiva a possibilidade de construir, independentemente do capital, sua própria estrutura de coordenação e integração das atividades, de modo a contestar a dominação do capital e complicar a subordinação real do trabalho ao capital. É nessa articulação que reside o novo foco de conflitos entre o capital e o trabalho.

Bibliografia:

- AMENDOLA, M. & GAFFARD, J.L. (1998), *Out of equilibrium*. Clarendon Press Oxford.
- ARTHUR, B. (1989), “Competing technologies, increasing returns and lock-in by historical events”, *Economic Journal*, vol.3. pp. 116-131.
- ATLAN, H. (1992), *Entre o cristal e a fumaça*, Jorge Zahar, São Paulo. (trad.)
- BERGER & LUCKMANN (1992), *A construção social da realidade*, Vozes, Petrópolis, (trad.).
- BERGSON, H. (1889), *L'évolution créatrice*. Ed. Puf, Paris, França
- CORSANI, A. (2002), “Element d’une rupture: l’hypothèse du capitalisme cognitif”, em: *vers um capitalismo cognitif*, orgs. Azais, Corsani, Dieuaide, L’Harmathan, Paris. pp 173-188.
- DEBORD, G. (1994), *Society of the spectacle*, Zone Book, Nova York (trad.).

- DIEUAIDE, P. (2002), "Nouvelles technologies, nouvelle dynamique du capitalismo", em: *vers um capitalismo cognitif*, orgs. Azais, Corsani, Dieuaide, L'Harmathan, Paris. pp 90-114.
- FOUCAULT, M. (1994), "*Les mailles du pouvoir*", *Dits e écrits*. Gallimard, Paris. p.182-201.
- HABERMAS, J. (1984), *Theory of communicative action*. Beacon Press. Boston. (trad.)
- HARDT, M.& NEGRI, A. (2001), *Império*. Record, São Paulo.
- JAMESON, F. (1991), "Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism", em *The condition of postmodernity*, orgs. Durham e Harvey, University Press, Oxford.
- LEVY, P. (1995), *Qu'est ce que le virtuel?* Ed. La Découverte, Paris, França.
- LUNDVALL, B. A. (1999), "Spacial division of labour and interactive learning", *Revue d'Economie Régionale e Urbaine*, No. 3, pp. 469-488.
- MANKIW, N.G. (1989), "Real business cycles: a new keynesian perspective", *Journal of Economic Perspectives*, v.3, n.3.
- MARX, K. (2004), *Capítulo VI inédito de O Capital*, ed. Siciliano (trad.). São Paulo.
- MARX, K. (1983), *O Capital*, Abril Cultural (trad.).
- MERLEAU-PONTY, M. (1945), *Phénoménologie de la perception*, Tese de doutorado, Paris.
- PRESCOTT, E.C. (1986), "Theory ahead of business cycle measurement", *Quarterly Review*, Federal Reserve Bank of Minneapolis, v.10, n.4.
- QUÉRÉ, L. (1991), D'un modèle épistemologique de la communication à um modèle praxéologique. *Réseaux*, 46/47, Paris, Tekhné, mar-abril 1991.
- RULLANI, E. (2000), Le capitalismo cognitivo: du déjà vu? *Multitudes* n° 2, p. 87-97.
- SOLOW, R. (1978), "We'd better watch out", *New York Book Review*, 12 de julho. Nova York.
- SUMMERS, L.H. (1986), "Some skeptical observations on real business cycle theory", *Quarterly Review*, Federal Reserve Bank of Minneapolis, vol.10, n.4.
- VELTZ, P. (1999), "Territoires innovateurs: de quelle innovation parle-t-on?", *Revue d'Economie Régionale e Urbaine*, No. 3, pp. 607-616.